

O risco de uma traição

A ULYSSES Guimarães — acentuamos ontem — impõe-se a missão de liderar o PMDB e a Constituinte para o presidencialismo, ao qual deve a fidelidade da coerência com a pregação da sua vida inteira.

NÃO esquece a Nação a grandeza do papel que lhe coube em 1984, época dos grandes comícios pela eleição direta do Presidente da República, quando lhe foi dada a alcunha já histórica de "Senhor Diretas".

NO DESFECHO vitorioso daquela memorável campanha, Tancredo Neves assumiu o compromisso de que a sua eleição para a Chefia do governo, com o apoio em todos os quadrantes, seria a última realizada através do Parlamento. Daí para frente, só diretas.

ULYSSES e Tancredo firmaram assim, naqueles dias, um pacto político ostensivo que condenava definitivamente qualquer forma de governo que recorresse a métodos parlamentaristas da escolha indireta do Chefe do governo.

AO EXIGIR a eleição direta do Presidente da República, nos futuros mandatos, Tancredo e Ulysses, à frente do PMDB, interpretavam a vontade do povo de ter um Presidente ungido e legitimado pela soberania do sufrágio universal. Proclamavam o imperativo de um Presidente que incorporasse essa soberania, e não uma figura diminuída diante de um Primeiro-Ministro eleito indiretamente por um sistema partidário oli-

gárquico, representado por um punhado de votos no Parlamento.

O PAÍS é dotado de memória. Recorda que exatamente há três anos tentou-se apelar para o artifício faccioso da "fidelidade partidária" ao PDS, a fim de se manter no Poder, por eleição indireta, a oligarquia então dominante. E hoje defronta-se com a repetição da mesma tentativa e do mesmo artifício, com a única alteração do Partido a ser beneficiado: o PMDB.

ESTAMOS assim na iminência de uma traição imperdoável a um compromisso firmado com a Nação.

O DEPUTADO Ulysses Guimarães é homem de honra pessoal e política. Ele terá certo na lembrança a convicção de que a pedra-de-toque que poderá equilibrar o novo artifício constitucional terá de possuir necessariamente o formato presidencialista, integrando as chefias de Estado e de Governo.

NENHUM outro modelo resgatará a palavra assumida ao ar livre.

NÃO estamos apenas enfrentando uma questão teórica sobre sistemas de governo. É o fluxo do rio da História que está em causa. Colocar contra esse fluxo o dique do parlamentarismo constituirá um desrespeito à vontade do povo, inequivocamente demonstrada em praça pública.

TAL burla poderá pôr em risco a reinstitucionalização do País.